

Ministro quer revogar

Cidade

terça-feira, 22/3/88 □ 1º caderno □ 24-a

o decreto das mensalidades

BRASÍLIA — O Ministério da Educação deverá pedir ao Presidente Sarney, até o final do mês, a revogação do decreto 95.720, que instituiu a "liberdade vigiada" para os reajustes de mensalidades escolares. A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen) simplesmente não informou os preços das mensalidades cobrados pelas escolas particulares do país em dezembro do ano passado e em março deste ano.

"O MEC vai endurecer o jogo se a Fenen não mandar, até amanhã, os dados relativos às mensalidades", afirmou um assessor do ministro Hugo Napoleão. "Ele quer saber qual foi o critério adotado pelas escolas particulares para a majoração. Se não for convincente, as escolas vão ter que cobrar o que estava sendo cobrado em dezembro do ano passado, acrescido de um reajuste baseado na URP", explicou o assessor do ministro.

O ministro Hugo Napoleão não aceitou a ponderação da Fenen de que não há tempo de, até amanhã, entregar ao MEC uma relação dos preços cobrados pelas 35 mil escolas particulares do país, representadas pela entidade. Já os presidentes da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, Padre Laércio Mora, e da Associação Brasileira de Mantenedores, professor Cândido Mendes, prometeram levar amanhã os preços cobrados pelas instituições de ensino superior para a reunião que terão com o ministro Hugo Napoleão.

Se o decreto 95.720 for revogado, o Ministério da Educação, conforme informou o assessor do ministro, só vê uma alternativa para estipular, a curto prazo, os novos valores das mensalidades: seria a indexação dos preços com base nas mensalidades de dezembro, corrigidos pela URP. "Provavelmente o critério definitivo para os reajustes, com a revogação do decreto, só será decidido no final do primeiro semestre", afirmou o assessor.

Invalidado o acordo, aumento foi de 239%

A chamada *liberdade vigiada*, instituída por decreto para o reajuste das mensalidades de primeiro e segundo graus, praticamente invalidou o acordo firmado em janeiro entre a Associação de Pais de Alunos de Escolas do Rio, a Curadoria de Justiça dos Consumidores e os donos dos estabelecimentos. Nas contas da Apaerj, os aumentos, de janeiro a abril de 1988, chegaram, em média, a 239%.

Desde o início do mês, uma verdadeira romaria se forma diariamente no 9º andar do prédio nº 118 da Av. Erasmo Braga, no Centro da cidade, onde a associação utiliza uma pequena sala da curadoria. Ontem, pelo menos 70 pais de alunos foram atendidos, com novas denúncias acrescentadas à pilha de processos por reajustes abusivos. Cerca de 20% delas jamais poderão chegar ao Conselho Estadual de Educação: por temer que os filhos possam sofrer pressões e serem impedidos de se rematrícularem, muitos pais preferem permanecer no anonimato.

Assim procederam quatro mães de alunos do colégio São Vicente de Paulo, em Niterói, que à tarde procuraram a curadoria com comprovações de aumentos indevidos. Desistiram da queixa ao serem informadas de que seus nomes, bem como o dos filhos, teriam que constar do processo. A mensalidade do colégio de Niterói, que em dezembro era de CZ\$ 1 mil 512, pulou para CZ\$ 6 mil em março, com previsão de chegar a CZ\$ 12 mil em maio. Raul Soares, ao contrário, assinou embaixo. Denunciou que as mensalidades que paga para manter o filho no Colégio Santo Inácio triplicaram de valor no período de dezembro a março, e reclamou da circular emitida pelo estabelecimento esta semana, acusando "vários pais de alunos de tomarem atitudes grosseiras e desrespeitosas".

O Santo Inácio explica, através do assessor do reitor, Vicente Paim, que deixou de cobrar os 56% integrais de "aumento de dezembro" para não sobrecarregar os pais, já assoreados pelas compras natalinas e de material escolar. Pelos cálculos da escola, a mensalidade do terceiro ano do segundo grau, por exemplo, que, conforme o acordo, deveria ser reajustado em janeiro de 88 para CZ\$ 7 mil 878 (em dezembro era de CZ\$ 5 mil 50), ficou em CZ\$ 5 mil 838, e chegará em abril a CZ\$ 18 mil e 80. Desta quantia permanece um saldo devedor dos pais de CZ\$ 369, sendo descontado nas mensalidades seguintes.

O presidente do sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Rio de Janeiro, Paulo Sampaio, afirma que os reajustes "têm sido rigorosamente fiéis ao que foi firmado no acordo, que está sendo cumprido onde o decreto é omisso". Sampaio, um dos sócios do Colégio Princesa Isabel, com 4 mil 500 alunos em cinco sedes em Botafogo, revela que seus reajustes têm mantido a média de 20%, o que perfaz um total de 106% de dezembro a abril. A mensalidade do primeiro grau, que hoje é de CZ\$ 4 mil 100, poderá chegar a CZ\$ 10 mil 240 depois de abril, caso o reajuste dos professores seja acima dos 100%.